

# Orçamento exclui gasto com isonomia e os 147%

Geraldo Magela

## MARIZETE MUNDIM

O Orçamento Geral da União (OGU) para o próximo ano, encaminhado ontem ao Congresso Nacional, não dispõe de receita para cobrir as despesas decorrentes da isonomia salarial do funcionalismo público, nem o acréscimo de benefícios decorrentes do aumento de 147% concedido aos aposentados. Segundo o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, "se não houver um aumento de receita, através da aprovação da reforma tributária, não há como pagar nem a isonomia, nem os 147%".

A proposta orçamentária prevê uma dotação de Cr\$ 538,25 trilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade social e um total de Cr\$ 26,67 trilhões para o orçamento de investimentos. "O quadro crítico da programação orçamentária da União", diz a mensagem que acompanhou o projeto de lei, "pode ser avaliado pelo montante dos recursos ordinários do presente projeto de lei que, comparado à expectativa de realização para 1992, registra uma queda real da ordem de 7%".

"Se nós tivéssemos previsto os gastos com a isonomia", contou Parente, "ficaríamos sem recursos para outros custeios. E é por aí que dá para se perceber a encruzilhada que vivemos para discutir o orçamento do próximo ano". As despesas com a isonomia são estimadas em 0,7% do PIB; com os 147%, outros 0,7% do PIB.

Para o diretor do Departamento de Orçamento da União, Paulo Fontenele, existe uma "absoluta urgência na aprovação da reforma tributária e o orçamento de 1993 está indicando um colapso na admi-

nistração pública, em função da falta de recursos materiais".

A saída para pagar as despesas da isonomia e dos 147% seria remanejar recursos destinados a outros custeios. Mas como o orçamento deste ano está ainda mais apertado do que o do ano passado, as possibilidades de remanejamento são muito pequenas. Pedro Parente lembrou que pela primeira vez, desde 1990, o orçamento apresenta um déficit primário de 0,7%.

O nível de vinculação de receitas será, no próximo ano, ainda maior do que o verificado neste exercício. Em 1993, 86% dos recursos do orçamento são vinculados, sobrando apenas cerca de Cr\$ 5 trilhões para manutenção e investimentos. Além disso, como lembrou Paulo Fontenele, a Lei nº 8212 prevê que a cada ano aumentem ainda mais os recursos fiscais para a seguridade e disse que se isso não for revisto, a administração federal será fortemente afetada.

As receitas dos Orçamentos fiscal e da seguridade social para 1993 foram estimadas com base nos preços vigentes em abril de 1992 e caberá ao Congresso Nacional identificar um critério para corrigilas. Do total de Cr\$ 538,25 trilhões previstos como receita, Cr\$ 513,85 trilhões são recursos do Tesouro Nacional e Cr\$ 24,39 trilhões, de outras fontes. Do total dos recursos do Tesouro, Cr\$ 26,18 trilhões constituem recursos ordinários; Cr\$ 125,71 trilhões, a recursos vinculados; Cr\$ 338,3 trilhões advêm de ingressos de operações de crédito e Cr\$ 23,65 trilhões representam o montante das receitas destinadas às transferências aos Estados Unidos e Municípios.



Parente e Marcello entregam a proposta orçamentária ao presidente do Congresso, Mauro Benevides